



BONS COSTUMES E CIVILIDADE NA CIDADE DE VITÓRIA/ES (1920-1940)

Giovana D'Arc Moyzes¹

De acordo com Euclides da Cunha em seu romance *Os sertões* o para progresso das sociedades em rumo a civilização é algo inevitável. Para compreendermos esta visão progressista do autor, é necessário, antes de tudo compreendermos o contexto da obra e o sentido de sua escrita.

Os sertões é uma narrativa do conflito de Canudos no sertão da Bahia, região atualmente conhecida como Belo Monte, que ocorreu em finais do século XIX. Escrita por Euclides da Cunha, carioca, neto de traficante de escravos e filho de guarda-livros, sua família não possuía grande patrimônio. Por tal motivo adentrou a carreira militar para poder cursar engenharia de forma gratuita na Escola Militar da Praia Vermelha. Mas aos 30 anos decide se afastar da carreira militar e se dedicar a escrever. (BENEVIDES, 2008.)

Sob forte influencia positivista, Euclides era um Republicano convicto, tendo militado pela causa ainda no período imperial no jornal *democrata*. Após o advento da República que o jornal *O Estado de São Paulo* o envia para frente de batalha de Canudos para ser correspondente da guerra. (BENEVIDES, 2008.)

Assim, a obra *Os sertões* é escrito no momento de consolidação da ideia Republicana, tendo o conflito de Canudos como uma resistência ao ideal positivista e republicano. Neste contexto, Euclides da Cunha deixa claro que o avanço da civilização, dos valores civilizados frente a barbárie era inevitável. (BENEVIDES, 2008.)

¹ Professora de Gastronomia da Universidade Vila Velha.

Em sua obra, a civilização é sintetizada pelos valores republicanos, pelos ideais positivistas dos quais ele também fazia parte. Já a barbárie estava presente na vida simples e ignorante do homem sertanejo que se opunha aos ideais republicanos, chegando a pegar em armas contra o governo recém estabelecido.

Benevides nos esclarece que esta concepção de civilização intrínseca no trabalho de Euclides da Cunha é um reflexo do conceito francês, onde o termo foi cunhado, refletindo assim uma vontade de transpor para o Brasil a estrutura social e cultural do Velho Mundo, mas sem deixar de criar uma identidade Nacional.

O ideal de civilização nascido na Europa é largamente percebido na literatura brasileira e também nos manuais de etiqueta. Por isto, passar-se-á a compreender como a noção de civilização foi cunhada na Europa, em especial na França.

1.1. O Nascimento da civilização

Até meados do século XVIII as ações sobre o corpo e o domínio das aparências (o comedimento dos gestos, a maneira de falar, o modo de se apresentar, de se portar à mesa, as regras de polidez) são compreendidas como atos de civilidade. (MOURA, 2009, p. 159)

A civilidade era sobretudo empregada para marcar a oposição a barbárie. Visto que a corte francesa se apoderava da palavra e passava a ser compreendida como o símbolo da civilidade, prova disto é o francês ganhar crédito na corte de Frederico II, príncipe da Prússia. Para o monarca, o alemão era uma língua chula, dedicada ao trato dos animais e das camadas inferiores, conquanto o francês era uma língua nobre. Mas não apenas a língua francesa, mas todos os hábitos polidos difundidos pela corte francesa eram percebidos como civilizados. (MOURA, 2009, p. 159)

A noção de civilização que começa a se formar é dupla, e abrange tanto questões materiais, quanto valores morais. A confusão deste conceito levou-o a confrontar-se com o conceito de cultura, antes designado apenas para o cultivo, passa paulatinamente para o campo dos atos dos espíritos.

É sobretudo na Alemanha que os termos cultura e civilização passam a se diferenciarem. Segundo Elias Kant é o pioneiro deste distanciamento que irá se efetuar sobretudo anos antes da Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, para o filósofo

cultura se diferencia por esta vinculada a noção de moralidade, de virtude, conquanto a civilidade, a cortesia podem ser enganadoras. (1990, p.28-29)

A distinção dos conceitos pelos alemães é fruto de sua história. Em decorrência da Guerra dos Trinta Anos a Alemanha ainda no século XVII é um país de burguesia pobre comparado aos demais da Europa. O comércio externo estava praticamente paralisado e as casas comerciais arruinadas. (ELIAS, 1990, p.29)

Com o país em crise, pouco dinheiro circulando, a literatura e as artes estagnam. Os alemães passam a aprender e a falar o francês e assim a consumir a produção artística de seus vizinhos. Língua, artes, literatura e hábitos franceses ganham destaque na Alemanha. (ELIAS, 1990, p.29)

A corte alemã adota o francês como língua de sofisticação. Não demora muito tempo para que a burguesia também passe a compreender a língua francesa como um símbolo de status social. Mais do que uma questão social, falar francês era uma questão política. (ELIAS, 1990, p.33)

Toda a corte, incluindo o rei, alemã falava e decidia sobre os assuntos do reino em francês. Todos os homens, nobres ou grandes burgueses, que tinham alguma influência política falavam francês. Mas a população como um todo, os excluídos do campo decisório falavam alemão, e sobretudo, escreviam em alemão. (ELIAS, 1990, p.33)

Surge, então, um movimento literário alemão no século XVIII, cujos expoentes eram membros de uma mesma classe social, uma classe média, que estava excluída da política. Apesar de não ter um caráter político, e sim social, o movimento literário se destaca por difundir o alemão e pelo sentimento de repulsa ao elitismo. (ELIAS, 1990, p.33-38)

Assim, o sentimento de civilizado que antes exigia hábitos franceses dos membros da corte, dos indivíduos ligados a política passam a ser vilipendiados pelos escritores. O que dá lugar é a construção de uma identidade, de uma cultura alemã própria.

Por tal motivo, cultura, para os alemães é um conceito que delimita as obras de arte, a literatura, o produto religioso e filosófico de um povo. Enquanto o termo civilização é percebido de forma abrangente. Tal percepção diverge da Francesa e inglesa, pois estes conceitos são historicamente construídos. (ELIAS, 1990, p.25)

De forma diferente dos alemães, os franceses já no século XVIII não possuíam diferenciação de costumes entre a aristocracia e a burguesia. A sociedade aristocrática já havia assimilado grupos importantes da classe média, o convívio entre as classes era comum. Não havia entre a classe média e a aristocracia qualquer diferença de língua ou costumes. (ELIAS, 1990, p.52)

Foi devido a este movimento de aproximação entre burguesia e aristocracia que o estilo de vida cortes (as convenções de estilo, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e outras características) passam de características sociais para nacionais. (ELIAS, 1990, p.52)

A burguesia francesa, diferente da alemã, possuía participação política. Os mesmos homens que escreviam na França, o que Elias chama de *intelligentsia*, além de interferirem a vida social, atuavam de forma política. Contudo, sobretudo devido a ascensão burguesa, o poder absoluto do rei passa a ser contestado. Com um grande poder econômico, a classe média anseia maiores poderes. Surgia a intenção de uma reforma, sem uma clara noção de como organiza-la e implanta-la. (ELIAS, 1990, p.56-57)

Neste momento, surge uma oposição a noção de civilidade encontrada em autores como Mirabeau, que opões civilização e virtude. Ser civilizado para o autor era possuir hábitos polidos, contudo, não necessariamente ser sincero, ou ter virtudes. Contudo, ainda se diferenciando do caso alemão, o termo civilização continua em uso na França acrescido de uma preocupação com as questões de virtude.(ELIAS, 1990, p.57)

Esta manutenção do status do conceito de civilização na França é explicado pela manutenção dos hábitos de corte pelos burgueses, uma vez que, estes já estavam associados a aristocracia. (ELIAS, 1990, p.64)

Para Elias, o conceito Francês de civilização converge com o Ocidental. É no século XVI que o conceito ganha forma e função, a partir do tratado de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (1530). O livro teve grande circulação por toda a Europa, ganhando várias traduções e edições. E a partir dele uma série de outros livros são publicados em torno da questão de *civilitate*. (ELIAS, 1990, p.68)

O aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudança na vida do próprio povo, sobretudo quando os conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses.

É a partir deste momento que o conceito de *civilitas* que já existia durante a Antiguidade ganha um novo sentido. Um sentido mais propício a época de Erasmo. É também devido a este sucesso de publicação desta obra, que o conceito passou a ser traduzido para o francês (*civilité*), inglês (*civility*) e Italiano (*civilità*). Mais tarde agrega-se ao conceito uma nova forma de uso, uma evolução de *civilité* para *civilisation*. (ELIAS, 1990, p.68)

O conceito Francês, ou melhor, ocidental, é justamente uma oposição a “barbárie” (ELIAS, 1990, p.23):

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e qu qualidade comum leva todas estas atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partindo de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o ocidente têm de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior as sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com esta palavra a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais. (ELIAS, 1990. p.23)

1.2. Cortesia, civilidade e civilização

Os conceitos cortesia, civilidade e civilização aparecem ao longo da história em momentos distintos tendo significados muito próximos, por isto, é preciso distingui-los de forma clara. O último, historicamente, a aparecer é o conceito de civilização.

Fernand Braudel no texto *A história das civilizações* coloca que “Cultura e civilização nascem na França, mais ou menos no mesmo momento. Cultura, cuja vida anterior é longa (Cícero já falava da *cultura mentis*), só adquire verdadeiramente o sentido particular de cultura intelectual no meio do século XVIII” (1992, p. 239).

O autor mostra que civilização aparece pela primeira vez em um texto de meados do século XVIII. Ao passo que civilizar e civilizado são encontrados em textos do séculos XVI e XVII. Contudo o conceito de civilização passa por varias transformações e em 1850 é ampliado, assim como cultura, e se tornam plurais (1992, p.269):

Civilizações ou culturas no plural, é a renúncia implícita a uma civilização que seria definida como um ideal ou, antes, o ideal; é em parte negligenciar qualidades universais, sociais, morais, intelectuais que a palavra implicava em seu nascimento. Já é tender a considerar todas as experiências humanas com igual interesse, as da Europa, assim como as dos outros continentes.

Em seu texto Braudel defende que civilização é (1992, p.269):

Um espaço, uma 'área cultural', dizem os antropólogos, um alojamento. [...] É o agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade desses traços numa área precisa, que são os primeiros signos de uma coerência cultural. Se a essa coerência no espaço acrescenta uma certa permanência no tempo, eu chamo civilização ou cultura o conjunto, o 'total' do repertório. Esse 'total' é a 'forma' da civilização assim reconhecida.

Para o supracitado autor, civilização são “traços” de uma “coerência cultural”. Assim, Braudel distingue cultura e civilização, contudo da um caráter totalizante para a civilização, um tom um tanto quanto universal.

Já para Elias, civilização não significa a mesma coisa para todo o Ocidente. Para o autor, Franceses e ingleses compreendem como orgulho nacional, podendo abranger (PILLA, 2003, p.2)

“[...] fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Mas pode se referir também a realizações, atitudes, comportamentos de pessoas em geral. Relaciona-se a algo que se movimenta para frente”.

Neste caso, para franceses e Ingleses, há um sentido de continuidade expansionista. O que diverge do sentido alemão, aonde possui um sentido de segunda classe, compreendendo algo como aparência externa, comportamento. A palavra em alemão que possui o mesmo sentido de civilização é *Kultur*. (PILLA, 2003, p.2)

Esta diferenciação, como foi mencionado no tópico anterior, trata-se de uma questão de construção histórica dos conceitos. *Kultur*, em alemão, abrange: “a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais por outro”. (ELIAS, 1990, p. 24)

Contudo, o conceito alemão não abrange o movimento presente no conceito de civilização francês e inglês além de “dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos”. (ELIAS, 1990, p. 24)

Para melhor delimitar o conceito de civilização, Elias faz uma regressão histórica mostrando sua evolução e o diferenciando de cortesia e civilidade. Antes mesmo de Rotterdam já existiam alguns manuais, livros, tratados, cartas e outros tipos de escritos, que tratavam da forma de se comportar, dos gestos e das atitudes. (PILLAR, 2003, p.3 e ELIAS, 1990, p.24-25)

A Idade Média deixou-nos grande volume de informação sobre o que era considerado comportamento socialmente aceitável. [...]. Preceitos sobre a conduta às refeições também tinha importância muito especial. Comer e beber nesta época ocupavam uma posição muito mais central na vida social do que hoje, quando propiciavam – com frequência, embora nem sempre – o meio e a introdução às conversas e ao convívio”.

Era preciso educar os jovens as boas maneiras, sobretudo aqueles que iriam fazer parte da corte. O conceito que resumia a autoconsciência aristocrática e o comportamento socialmente aceitável pareceu em francês como *courtoisie*, em inglês como *courtesy*, em italiano como *cortezia*, juntamente com outros correlatos, amiúde em forma divergente. (ELIAS, 1990, p. 76)

Elias, ao falar de cortesia cita uma série de exemplos de regras a mesa e a forma de agir em torno desta, contudo o autor adverte que as regras a mesa são “um segmento – e bem característico – da totalidade de formas sociais instaladas de conduta” (ELIAS, 1990, p. 81). Assim, o termo cortesia referia-se a forma de comportamento das cortes feudais. Contudo, aos poucos a burguesia também se apropria deste conceito para referir-se aos seus hábitos. (PILLAR, 2003, p.3 e ELIAS, 1990, p.24-25)

Nos séculos XVI e XVII a nobreza guerreira entra em declínio, devido sobretudo as guerras e a expansão do comércio, emergindo uma nova aristocracia. Neste momento o termo cortesia cai em desuso, ao passo que emerge outro conceito, o de civilidade.

“O conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável” (BRAUDEL, 1992, p.111-112)

Segundo Elias, o grande propulsor do termo é Erasmo de Rotterdan. Em seu livro, Erasmo faz uma espécie de “compilação”, uma “síntese”, dos manuais anteriores. Contudo, não podemos limitar a originalidade do autor que escreve de forma distinta dos demais, na forma de conselhos vividos. A questão de maior destaque aqui é que Erasmo não se dirige a uma classe social específica, mas ao “homem de bem”, o que demonstra esta nova aristocracia formada também por ricos burgueses. (1990, p. 88-89)

É graças ao aburguesamento da sociedade que o termo civilização ganha destaque ao longo do século XVIII.

O conceito de civilização, afirma-se, na França, na segunda metade do século XVIII, sua primeira evidência literária aparece do verbo civilizar e deriva para o conceito de *civilização*, onde é encontrada na obra de Mirabeau na década de 1760.

Na França, de acordo com Jean Starobinski, desde os séculos XIII e XIV apareciam duas das palavras das quais civilização parece ter derivado: civil e civilidade. Civilizar vai aparecer um pouco mais tarde. (PILLAR, 2003, p.3)

Algumas questões são pertinentes a todos estes termos. Primeiro tratam-se de autodenominações das classes dotadas de privilégio para tal, ou seja da aristocracia. Segundo, eles designam questões próprias da formação aristocrática de sua época. Terceiro eles expressam “a autoimagem da classe alta europeia em comparação com os outros (...)”. (ELIAS, 1990, p.54)

O conceito de civilização proposto por Elias logo no início de seu livro (1990, p.23):

Refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos.

Que também podem ser expressos de uma outra maneira: trata-se da consciência do ocidente de si mesmo (ELIAS, 1990, p. 23). Portanto, trata-se de uma autoimagem que o ocidente tem frente à “barbárie”. Ou ainda, tem relação com o orgulho do avanço técnico, científico, social, religioso e etc. sobre os povos “primitivos” ou sobre o passado.

Assim, todas as atitudes dos indivíduos podem ser aceitas como “civilizadas” ou “incivilizadas”.

1.3. O processo civilizador

Mais do que uma autoimagem, ou um orgulho dos avanços em diversas áreas, o conceito de civilização trata de um processo de longa duração, um processo civilizador, que avança não de forma linear ou evolutiva, mas de forma contínua, seguindo impulsos e contra impulsos.

Para Elias, toda a sociedade Ocidental esta inserida no Processo Civilizador. Em seu livro, que tem por objetivo analisar este processo, na *Introdução à edição de 1968* deixa claro o que compreende por tal conceito ao falar de: “mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares” (1990, p, 214).

Através da análise de manuais de civilidade de diferentes épocas, Elias descobre uma sociedade em constante transição. Segundo ele, as necessidades gerais mudam com o tempo, o que faz gerar as mudanças dos padrões e comportamentos. Para cada época a sociedade estabelece instrumentos de condicionamento dos indivíduos que criam modelos que refletem suas próprias ideias de moralidade, de delicadeza e de polidez. Esses conceitos tornam-se fortemente internalizados e são naturalmente transmitidos às próximas gerações, mas com grande carga de influências próprias de cada período.

Ao longo do processo de formação dos Estados-Nações europeus foram precisas várias formas de controle do comportamento, normas de conduta, para consolidar as distinções sociais. Era preciso levantar as barreiras entre as diversas camadas sociais e para isto, a sociedade utilizou o comportamento cotidiano, como hábitos alimentares ou a vestimenta.

Para Elias, que analisou este movimento, a sociedade de corte francesa dos séculos XVII e XVIII, foram o ponto central de sua análise. Isto pois, para o autor esta nobreza cortesã acreditava deter o domínio “correto” das condutas, utilizando-as para adquirir prestígio social.

Em contra partida, a nobreza também disseminavam este padrão de conduta em outras classes. O que levou a institucionalização de uma serie de regras e impedimentos ao

comportamento, que foram a principio originadas pela sociedade e depois inculcadas por meio da educação.

Como exemplo deste processo estão as regras de comportamento a mesa. Em um manual do século XV, copilado por Elias, podemos encontrar as seguintes regras (ELIAS, 1990, p.99):

II -Toma o cuidado de limpar e cortar as unhas. Sujeira sob as unhas torna-se perigoso quando a pessoa se coça.

III - Lava as mãos quando te levantas e antes de todas as refeições.

XII - Não sejas o primeiro a se servir de um prato.

XIII Não reponhas em seu prato o que esteve em tua boca.

Em outro manual em 1530 (ELIAS, 1990, p.101):

Algumas pessoas levam as mãos ao prato de servir logo que se sentam. Lobos fazem isso [...].

Não seja o primeiro a tocar o prato que foi trazido, não só porque isto demonstra gula, mas também porque e perigoso. Isto porque, alguém que põe, sem saber, alguma coisa quente na boca tem ou de cuspi-la ou, se a engolir, vai queimar a garganta. Em ambos os casos, ele se torna tão ridículo como digno de pena.

E uma boa coisa esperar um pouco antes de comer, de modo a que o menino se acostume a controlar suas inclinações.

E ainda em um manual de 1774 (ELIAS, 1990, p.107):

A colher destina-se a ingestão de líquidos e o garfo para pegar carnes solidas. Quando um ou outro estiverem sujos, podem ser limpos com o guardanapo, se outro serviço não puder ser obtido. Deve-se evitar limpa-los com a toalha da mesa, o que constitui uma impropriedade imperdoável.

Quando o prato estiver sujo, deve-se pedir outro. Seria revoltantemente grosseiro limpar a colher, o garfo ou a faca com os dedos.

Em boas mesas, serviçais atentos mudam as pratos sem que seja preciso pedir isso.

Nada é mas improprio do que lamber o dedo., tocar na carne e leva-los a boca com a mão, mexer o molho com os dedos ou então enfiar nele o pão com o garfo e depois chupá-lo.

Ao ler estes trechos, esta pequena seleção, é possível perceber uma gradual evolução dos costumes, alguns dos quais persistem até hoje, sob o nome de “boas maneiras”. Se

for feita uma comparação com a atualidade, por exemplo, o uso de talheres que nestes manuais precisam ser salientados e recomendados, atualmente são utilizados de forma natural. Pois, tais hábitos já foram interiorizados em nossa sociedade, sendo passados para as crianças desde muito cedo.

Estas regulamentações comportamentais apenas foram possíveis graças ao processo de pacificação social. Ou seja, é por meio das transformações sociais nos séculos XI e XII que levam consolidação dos Estados-Nação.

Isso por que, ao consolidar o Estado, o Rei toma para si o monopólio da força. A violência, o direito legal de praticá-la, passa a ser centralizada na figura do rei e de seu exercito. Assim, o nobre guerreiro, perde sua função social e seu status.

Além do mais, com a *desvalorização* da moeda, os nobres não perderam patrimônio, mas a sua riqueza diminui. Desta forma, são levados a se unir a corte, e a fazer parte do ciclo real de dependência.

Neste ambiente, havia uma dependência mútua entre seus membros, o que favoreceu o desdobramento de novas formas de conduta e controle das emoções. Era preciso saber agir de forma “política”, estabelecendo laços, relações de interesses e de diplomacia, de forma a conseguir conquistar maior status e poder.

Duas considerações são necessárias a respeito do Processo Civilizador. Em primeiro lugar, é preciso compreender o conceito de interdependência, que Elias explica no livro *A sociedade dos indivíduos* (1993, p.194):

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui-generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Assim, em seu trabalho, Elias se debruça sobre uma percepção da sociedade e não apenas de indivíduos ou ideias separadas. Até por que o indivíduo é um ser social, que incorpora as pressões sociais. Por outro lado, também deve-se perceber que a sociedade é formada de indivíduos que possuem relações de interdependência.

Ao analisar Elias, Pino (2005, p.3) diz:

O que ele está sustentando é que nenhum ser humano chega ao mundo civilizado e que o processo civilizador que ele necessariamente tem que sofrer é função do processo civilizador social [...]. A passagem de cada indivíduo humano por um processo civilizador é obrigatória para que ele possa atingir o “padrão” de civilização atingido pela sociedade no curso da sua história.

Ou seja, existe uma interdependência entre os indivíduos e suas ações e entre os indivíduos e a sociedade. A sociedade é formada pelo conjunto de ações dos indivíduos. Estes, por sua vez moldam a sociedade e se moldam de forma a atingir o padrão social do processo civilizador. Desta forma, nenhum indivíduo ou grupo social tem controle sobre os rumos e as consequências dos eventos sociais (ELIAS, 1994, p.69).

Em segundo lugar, o Processo civilizador, justamente devido processo de interdependência, não pode ser planejado. Na verdade somos impelidos pelo curso da história humana como os passageiros de um trem desgovernado, em disparada cada vez mais rápida, sem condutor e sem o menor controle por parte dos ocupantes. Ninguém sabe aonde a viagem nos levará ou quando virá a próxima colisão, nem tão pouco o que pode ser feito para colocar o trem sob controle.

Apesar das normas sociais serem fruto de grupos de interesses, o rumo que tomam não pode ser controlado, pois as ações, direções e resultados não podem ser previstos. Justamente por que o Processo Civilizador é formado por um conjunto de ações individuais que modificam o aspecto de toda sociedade. Sendo assim impossível o controle sobre todas as variáveis.

Civilização e Processo Civilizador são antes de tudo, para Elias (2006, p.21-22), conceitos:

No uso cotidiano da linguagem, o conceito de civilização é, muitas vezes, despidido de seu caráter originalmente processual (como derivação do equivalente francês “civilizer”). Contudo, para realmente pesquisar o processo civilizador é necessário saber a que elementos comuns não-variáveis dos seres humanos, assim como a que elementos diversos variáveis, o conceito de civilização se refere. A coação social à auto-coação e a apreensão de uma auto-regulação individual, no sentido de modelos sociais e variáveis de civilização, são universais sociais.

E como conceitos podem ser pensados para diversos universos sociais. Além do mais,

possuem implicações históricas com a realidade da Europa, berço da palavra, da ideia e do conceito.

Ainda pensando na aplicação do conceito para outras realidade, é preciso levar em conta a influência europeia na formação da civilização brasileira. Em primeira instancia, pela chegada e colonização dos portugueses na nova terra. Como se convencionou a chamar de Descoberta, as Terra de Santa Cruz foi inserida no eixo de influência europeia.

Em segundo lugar, justamente por conta deste processo de colonização da nova terra, vários europeus migraram para o brasil, trazendo com eles hábitos e costumes. Este laço entre as novas terras e o antigo mundo não foi rompido com a Independência, pois a imigração, agora não apenas de português, continuou.

Assim, esta relação entre a Europa e o Brasil não foi desprovida de intercâmbios, entre eles o ideal de civilização. O que pode ser observado pela proliferação de traduções de manuais Europeus e mesmo pela elaboração de outros tantos.

Esta busca pelo estabelecimento de uma civilização no Brasil, em contraste com a barbárie, principalmente dos indígenas, que já estava aqui, e os negros, que foram trazidos, é percebida desde o início da colonização.

De acordo com a professora Zimmermann (2008, p.3), o processo civilizador,

[...] estaria concluído internamente nas sociedades ocidentais do século XVIII para o XIX, e os indivíduos se sentiam então como porta-vozes desse modelo de civilização. Os viajantes do século XIX perpassaram esta ideia, pois compreendiam a civilização como um movimento, cuja essência era ultrapassar as fronteiras da Europa impondo-se ao resto do mundo em nome de uma cultura mais perfeita e mais humana.

Durante o século XVIII e XIX muitos são os viajantes que estiveram no Brasil buscando não apenas conhecer, mas difundir a civilização e também levar relatos comparativos entre os mundos, entre a “civilização” e a “barbárie”. A aspiração de civilização pode ser facilmente percebida no Brasil neste momento.

Em tempos de império, quando o Brasil precisa se afirmar enquanto nação soberana na construção de uma identidade nacional, é quando este ideal pode ser fortemente percebido. O Império passa a se modernizar, e o modelo adotado, foi justamente a

capital Francesa com a sua Corte.

O grande símbolo da civilização brasileira é o imperador D. Pedro II (NOVAIS, 1998, p.18):

[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o, sobretudo a minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade, mas não sei por quê, com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posições política, preferia a de presidente da Republica ou ministro à de imperador. Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu há onze anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo. Jurei a Constituição; mas ainda que não jurasse seria ela para mim mais poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de onze anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros [...] respeito e estimo sinceramente minha mulher cujas qualidades constitutivas de caráter individual são excelentes.

Nesta carta do Imperador, fica clara sua aspiração de civilidade vinculada ao conhecimento, aos “estudos e a leitura” que ele faz questão de se dedicar e de incentivar os filhos. Imagem esta completada por fotos suas em poses sérias, e muitas vezes cercado por símbolos nacionais e livros.

A corte brasileira estava na cidade símbolo da civilização, o Rio de Janeiro. Cidade que estava longe dos padrões europeus. Contudo, o sonho de construção da corte nos padrões europeus apesar de fazer novos prédios para capital, tinha seu alvo em Petrópolis.

Portanto, a noção de civilização no Brasil foi claramente influenciada pela europeia, em especial a francesa. Tal questão, somada a percepção de que trata-se de um conceito, possibilita a utilização do termo para a análise da realidade brasileira, em especial para as revistas que tratavam da “boa sociedade”, dos “homens de bem”.

1.4. Estado moderno e controle de pulsões

Durante o período medieval, a fragmentação do poder político e econômico na mão de vários senhores feudais, levava a violência. Isto por que, para se manter o nobre precisava ser guerreiro. Desta forma, existiam vários exércitos ao controle dos senhores feudais.

Outra questão acarretada pela estrutura social e pela multiplicidade de poderes, era a justiça, que cabia a ordem divina. Contudo, na prática, as disputas entre os nobres, os conflitos, eram muitas vezes levados ao extremo da batalha.

A ascensão da figura real apenas foi possível a partir do século XV devido sobretudo ao fortalecimento da burguesia e ao enfraquecimento do poder feudal. Com a desvalorização monetária e o auxílio da burguesia o rei passou a manter o monopólio do exército, pois podia pagar o soldo.

Os nobres, antes guerreiros, foram levados a tutela da influência real. É a constituição da corte. Desta forma, a antiga aristocracia bélica perde sua influência para a nobreza de corte.

Essa foi uma das formas do movimento de constituição do Estado Moderno que passou a monopolizar o controle da violência. Cabia a figura real o controle do exército da atividade da guerra. A justiça também concentrou-se na figura real. Segundo Elias, tais questões levaram ao controle da violência.

Com os nobres guerreiros proprietários rurais dependentes do rei e destituídos de sua força militar, a sociedade é pacificada. Na França, no século XVII o ciclo de violência termina após uma série de vitórias que afirmam o poder real. Na Inglaterra, Henrique VIII tenta submeter seus barões e no século XVIII a classe proprietária, a aristocracia e a pequena nobreza, conseguem desenvolver um regime parlamentar de forma a equilibrar o poder real. A violência, controlada, passa a ocorrer apenas dentro de regras pré-estabelecidas. (ZIMMERMANN, 2008. p. 6)

Com o controle da violência e o crescimento da corte, o convívio social cresce, precisando criar normas de convívio. Além disto, na corte, há a necessidade da busca de interesses, como mostra Elias (1993, p.18):

A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do "grande" e depois, em termos mais gerais, a necessidade de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole, uma racionalidade distintiva de corte, que, no início, fez que o cortesão parecesse a seu opositor burguês do século XVIII, acima de tudo na Alemanha mas também na Inglaterra, como o *suprassumo* do homem de razão.

Assim, para o autor, civilização e violência estão relacionados em um processo de longa

duração, onde as funções corporais e o controle de pulsões e emoções explicam a pacificação dos costumes. As emoções de nojo, pudor e vergonha estão articuladas ao processo civilizador, conduzindo ao controle da violência e a diminuição do desejo de agressão.

Tudo isto articulada ao monopólio da violência pelo Estado, esta passa a ser confinada aos quartéis, aos membros das forças armadas e a polícia. E em alguns casos, ainda deve se pensar nos esportes, como meio de controle da agressividade da sociedade. Visto que, há nos esportes, como futebol, uma luta, uma verdadeira batalha pela vitória dentro de campo, regida também por regras. (ZIMMERMANN, 2008. p. 6-7)

Ainda pensando em como o controle da violência possibilitou o surgimento da civilização, Freud esclarece (FREUD *apud* ZIMMERMANN, 2008, p.7):

Visa a unir entre si os membros da comunidade também de maneira libidinal e, para tanto, emprega todos os meios, favorece todos os caminhos pelos quais as identificações fortes possam ser estabelecidas entre os membros da comunidade e, na mais ampla escala, convoca a libido inibida em sua finalidade, de modo a fortalecer o vínculo comunal através das relações de amizade. Para que esses objetivos sejam realizados, faz-se inevitável uma restrição à vida sexual. Não conseguimos, porém, entender qual necessidade força a civilização a tomar esse caminho, necessidade que provoca o seu antagonismo à sexualidade. Deve haver algum fator de perturbação que ainda não descobrimos.

Fica claro, que para Freud o processo civilizatório ocorreu graças à sublimação da energia pulsional, pois a inclinação a violência impediria a civilização. Tal questão é trabalhada e ampliada por Elias em sua obra.

Discordante desta percepção, Peter Gay defende a introspecção da burguesia e de sua cultura. Para o autor, o refinamento e as boas maneiras são formas de buscar o isolamento (GAY *apud* ZIMMERMANN, 2008, p.7):

Os que podiam se afastavam gradualmente da expressão imediata de suas demandas emocionais para administrar e controlar a gratificação delas. Os semanários moralizantes do século XVIII se esforçavam por ensinar aos bons burgueses as bênçãos da bondade a tolerância no trato com seres inferiores como as mulheres, crianças e os pobres. Havia muitas pessoas de classe média tinham aprendido a comer com o garfo, em lugar dos dedos; agora na idade do iluminismo, eram instruídas a polir sua conduta e a adquirir certa finura nos meios da cultura mais elevada.

Já para Elias, o autocontrole e as normas sociais retiram a tensão da esfera do indivíduo e a deslocam para o monopólio da violência pelo Estado, o que leva a um progresso relativizado. Pois os indivíduos estão interligados em um jogo de poderes. O poder está presente em todas as relações humanas, está ligado ao grau de independência dos indivíduos, seja por questões econômicas, status, excitação ou outras questões. (ZIMMERMANN, 2008, p. 8).

Portanto, foi graças ao monopólio da violência pelo estado, que o convívio social nas cortes desencadearam o processo civilizador. Tudo isto graças a necessidade de convívio, ou seja, as relações de poderes. Assim, a violência parou de ser exercida pelos indivíduos, que tiveram que controlar a energia pulsional. A criação de regras e normas surgiu como forma de controle das pulsões.

As regras de etiqueta e de convívio social, regulam como o indivíduo deve lidar com o seu corpo em diversos momentos, mas principalmente em público. O controle da emoções, dos sentimentos são fundamentais para a “etiqueta”. Um dos principais momentos de interação social, é justamente a comensalidade, por isto existem uma série de manuais e regras a respeito deste momento tão importante para a vida social.